



## COREIA DO SUL

## Os danos de seis horas de lei marcial

**Presidente Yoon enfrenta no sábado uma moção de destituição, após decisão polémica que espoletou uma crise política**

A lei marcial anunciada pelo Presidente coreano na noite de terça-feira teve vida curta. Passadas seis horas de tensão, Yoon Suk Yeol viu-se forçado a recuar e a seguir a decisão dos deputados, que ultrapassaram as linhas policiais para entrar na Assembleia Nacional e votar contra a medida. Milhares protestaram contra a decisão inesperada, retirada na madrugada.

As consequências não tardaram: a justiça vai avaliar a legalidade da declaração da lei marcial, os deputados avançaram com uma moção para destituir o Presidente, membros do Governo puseram os cargos à disposição. "Acredito que Yoon perca a sua base de poder já enfraquecida e enfrente forte pressão política para a destituição. É uma pena para ele, mas a resolução pacífica deste incidente súbito mostra que os alicerces da democracia sul-coreana são bastante fortes", comentou por escrito Yangmo Ku, professor associado de Ciência Política na Universidade de Norwich.

### "Está condenado"

O apoio à permanência de Yoon no cargo vai ser avaliado este sábado, quando os deputados do Partido Democrático, da oposição, preveem levar a votos a sua destituição, segundo a agência Reuters. Christopher Green, consultor sobre a Península Coreana no Crisis Group, é categórico: "Yoon pode pensar que sobrevive se um elevado número de ministros se demitir", mas "está condenado".

### Milhares protestaram contra a decisão inesperada, retirada pelo Presidente já de madrugada

Caso seja demitido, não será o primeiro no país. Park Geun-hye, a primeira mulher eleita Presidente na Coreia do Sul, foi suspensa pelo Parlamento na sequência de um escândalo de corrupção. O Tribunal Constitucional aprovou o seu afastamento por "traição ao povo", em 2017.

Yoon justificou a lei marcial com a necessidade de prevenir que "forças anties-tatais" privassem os cidadãos sul-coreanos de liberdade e bem-estar. Acusou a oposição de apoiar a Coreia do Norte e de usar o orçamento nacional para paralisar a sua administração. "Penso que tentou contrariar o obstáculo político do partido da oposição maioritário, declarando abruptamente a lei marcial de emergência. No entanto, este

passo não é legítimo, uma vez que não havia qualquer situação de emergência como guerra ou um conflito armado na sociedade sul-coreana", comentou ao Expresso Yangmo Ku, professor associado de Ciência Política na Universidade de Norwich.

A medida levou ao anúncio da proibição de greves, protestos e atividade de grupos políticos. Meios de comunicação seriam colocados sob controlo governamental e suspeitos de violarem o decreto arriscavam-se a ser detidos sem mandado. Segundo a agência Yonhap, o ministro da Defesa,

### "A democracia está nas ruas na Coreia, mais do que na própria governação", comenta Luís Mah

Kim Yong-hyun, alega que as tropas que executaram a lei marcial seguiram as suas ordens. Kim apresentou um pedido de demissão que já foi aceite por Yoon.

### História "turbulenta"

O Museu Nacional de História Contemporânea da Coreia descreve a história democrática do país como "turbulenta". A lei marcial foi adotada pela última vez em 1979, após o assassinio do ditador Park Chung-hee.

"A Coreia começa um processo de democratização em 1988. Entre 1961 e 1988 foi passando por ditaduras militares. Em 1988, assistimos a reformas constitucionais que mantêm o Presidente com um conjunto de poderes muito fortes, mas dão novos poderes ao Parlamento, sobretudo de fiscalizar o poder executivo e a lei marcial, votar os orçamentos, aprovar ou vetar os nomeados pela presidência para posições da administração pública", recorda Luís Mah, professor de Estudos de Desenvolvimento no ISCTE, em Lisboa.

O académico destaca que a margem de vitória do atual Presidente nas eleições lhe conferiu "legitimidade frágil" e que a maioria parlamentar conquistada em 2024 permitiu impedir a passagem do orçamento, vetar nomeações para a administração pública e incitar investigações independentes a alegados casos de corrupção da primeira-dama, o que "tem vindo a fragilizar ainda mais esta presidência". Segundo o jornal "The Korea Times", a taxa de popularidade de Yoon fixou-se, na semana passada, em 25%. Mah destaca que a sociedade civil sul-coreana é "muito ativa". "No fundo, a democracia está nas ruas na Coreia, mais do que na própria governação", lança.

SALOMÉ FERNANDES  
sfernandes@expresso.imprensa.pt